

Filosofia para Crianças: alternativa para uma infância plena ou um impulso para o seu desaparecimento?

Bárbara Negrini Lourençon*

Camila Timpani Ramal**

Carina Alves da Silva Darcoleta*

Marília Lopes Leite**

Resumo

Este texto trata da possível relação entre Filosofia para Crianças e "desaparecimento" da Infância, buscando especialmente em Matthew Lipman e Neil Postman o aporte teórico para pensar o papel da Filosofia perante uma infância em "desaparecimento". Diante da complexidade da temática, não temos a intenção de alcançar respostas, e sim instigar maiores reflexões.

Introdução

O presente artigo se constitui numa discussão em torno da relação entre Infância e Filosofia para Crianças. Organizado em três partes, o texto se propõe a levantar uma questão, sem, no entanto, chegar a uma resposta, dada a sua complexidade: *A Filosofia para Crianças traz contribuições para uma infância plena, ou corrobora o seu desaparecimento?* (1). Na primeira parte encontra-se uma breve "Perspectiva Histórica da Concepção de Infância", contendo um sub-item intitulado "O Desaparecimento da Infância". No item dois, "Filosofia para Crianças", expõe-se, de maneira sucinta, os pressupostos de Matthew Lipman para tal proposta. Finalizando, o item três "Infância e Filosofia para Crianças: pontos convergentes ou divergentes?", levanta arguições acerca da complexidade dessa relação. Vale ressaltar ao leitor que caberá a ele o exercício da reflexão, o qual iniciamos aqui e continua em processo.

O tema deste texto surgiu da seguinte inquirição: A Filosofia para Crianças, pretendendo formar, entre outras coisas, um aluno crítico e responsável, estaria contribuindo para o desenvolvimento de uma infância plena, ou para o desaparecimento da mesma?

Diante disso, propõe-se a fazer uma sucinta trajetória acerca da História da Infância, perpassando pela proposta de Filosofia para Crianças do norte-americano Matthew Lipman. Buscar-se-á, ainda, em "Pimpa", novela filosófica do mesmo autor, a concepção de infância implícita nas atitudes desta personagem.

1. PERSPECTIVA HISTÓRICA DA CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA

A criança possuiu, e possui, ao longo da história, inúmeros significados e denominações, que variam de acordo com a sociedade em que se encontra.

Sabe-se que na Antiguidade Clássica havia controvérsias em relação à concepção de infância. Para alguns, esta se constitui em um período importantíssimo da vida humana.

(...) Crítias testemunha que a infância é, para os gregos, um período extraordinário para o aprendizado: 'é comum dizer que o que se aprende sendo criança fica de modo admirável na memória. (Platão, *Tímeo* 26b). (...) Inúmeros testemunhos coincidem em afirmar que as crianças têm ainda algumas características físicas positivas, como o cheiro doce da respiração e da pele, também, a leveza. Existe uma tendência na filosofia e na cultura grega de considerar a infância como uma fase privilegiada da vida humana. (KOHAN, 2000, p. 10)

Em contrapartida, a concepção predominante no período clássico é de uma infância em que a criança é um ser pouco desenvolvido fisicamente e tanto do ponto de vista intelectual quanto do moral é significativamente inferior em relação aos adultos. Para os clássicos Platão e Aristóteles, a criança possui aquilo que a espécie humana tem de mais negativo, como a emoção, as vontades e sensações, todas estas sobrepostas à razão. Para Platão, a educação das crianças deve ser bem direcionada. Almeja-se um futuro promissor, tendo em vista não as próprias crianças, mas os adultos em potencial.

Postman (1999) afirma ainda que os gregos não pensavam a infância como uma categoria etária especial. Para eles, as palavras que designavam essa fase poderiam ser aplicadas a qualquer pessoa que estivesse entre a infância e a velhice. Essa falta de cuidado confirma-se com o fato de não se conhecer, dentre as esculturas gregas remanescentes, nenhuma que retratasse a figura de uma criança.

No entanto, apesar de destacar a ambivalência das concepções gregas acerca da natureza da infância, Postman afirma com veemência que esse povo era "apaixonado por educação". Entretanto, fica claro que essa preocupação com a educação não deve ser compreendida dentro da concepção de infância existente em meados do século XX, uma vez que os gregos não entendiam a disciplina dos jovens com o mesmo grau de compreensão e empatia considerado normal pelos modernos. De acordo com os dados que colheu sobre os métodos de disciplinar crianças, deMause acredita que "(...) uma porcentagem muito alta das crianças de tempos anteriores ao século dezoito constituiria o grosso das crianças 'mal tratadas' de hoje" (deMause *apud* POSTMAN, p.22).

Segundo Postman, os gregos nos deram apenas um prenúncio da idéia de infância. Posteriormente, os romanos valeram-se da idéia de escolarização do povo grego e ainda desenvolveram uma compreensão de infância que se sobrepõe à anterior.

Diferente da grega, a arte romana estabeleceu uma preocupação com a idade e com a criança pequena e em crescimento, preocupação esta que só estaria presente novamente na arte ocidental, durante a Renascença. O mesmo autor ressalta que foram os romanos os primeiros a estabelecerem uma conexão entre a criança em crescimento e a noção de vergonha, conexão esta aceita pelos modernos. Destaca que esta se constitui num passo crucial para a evolução do

conceito de infância, uma vez que a noção bem desenvolvida de vergonha é um pré-requisito para a infância, considerando que se não há cuidado para que a criança não desvende os segredos do mundo adulto, de modo a imprimir nela o sentimento de vergonha, a infância não pode existir.

Assim, alcança-se uma parcial concepção da infância: uma infância que reclama a necessidade de ser protegida dos segredos dos adultos, principalmente dos segredos sexuais, no entanto, esse sentimento repousa apenas na mentalidade dos que têm sensibilidade para entender aspectos especiais da juventude. Embasada nesta concepção, tem-se a visão moderna do sentimento de infância.

Vale lembrar que a primeira lei conhecida que proibia o infanticídio foi promulgada no ano 374 da era cristã, três séculos após o surgimento dessa noção de vergonha nos romanos. Esta lei traduz-se numa extensão da idéia de que as crianças necessitam de cuidados, escolarização e proteção, principalmente quanto aos segredos dos adultos.

Porém, com o colapso do império romano, devido às invasões bárbaras, há a imersão da cultura clássica. Neste período de transformação, cita-se três fatos que influenciaram diretamente num retrocesso ao conceito parcial de infância até então alcançado, são eles: o desaparecimento - por parte da maioria da população - da capacidade de interpretação da escrita; o desaparecimento da educação e o desaparecimento da vergonha.

Com a maioria da população incapaz de interpretar a língua escrita, todas as formas de interações importantes se realizavam oralmente. O conhecimento era obtido, por parte do povo, através da escuta a sermões públicos. Assim, a Europa retoma uma condição "natural" de comunicação humana, dirigida pela fala. É interessante ressaltar que Postman, ao se reportar a Havelock, destaca que os seres humanos são biologicamente orais, pois nossos genes são programados para a linguagem falada. Já a capacidade de ler e escrever constitui-se num produto de condicionamento cultural, e este estava desaparecido.

Defendendo a vivência do homem mais próximo da natureza, Rousseau acredita que este deve desprezar os livros e a leitura. Esta afirmação é encontrada nas linhas de "O Emílio ou da Educação", em que o autor denuncia que "ler é o flagelo da infância, porque os livros nos ensinam a falar de coisas de quais nada sabemos" (Rousseau *apud* POSTMAN, p. 27).

Se entendermos que Rousseau defende que a leitura é o fim da infância permanente e que ela destrói a psicologia e a sociologia da oralidade, Postman concordaria com ele. Isto porque a leitura cria uma separação entre os que podem e os que não podem ler, faz parte de um mundo de conhecimento abstrato, não observado. Constituí-se no flagelo da infância porque, de certo modo, cria a idade adulta. Gráficos, escrituras, mapas, enfim, a literatura de modo geral, reúne e guarda segredos preciosos. Com isso, num mundo letrado, ser adulto implica ter acesso a segredos culturais codificados em símbolos não naturais. Nesse mundo, as crianças precisam *transformar-se* em adultos. "Nunca sabemos colocar-nos no lugar

das crianças; não penetramos suas idéias, mas lhes emprestamos as nossas, seguindo sempre os nossos raciocínios, junto com as cadeias de verdades acumulamos em suas cabeças apenas extravagâncias e erros" (ROUSSEAU, 1999, p. 210). Em contrapartida, num mundo não letrado, não há necessidade de distinguir a criança e o adulto, uma vez que não existem segredos e a cultura não precisa iniciar instrução sobre como entendê-la.

Na Idade Média, o comportamento é marcado pela infantilidade entre todas as faixas etárias. Nota-se que não há um conceito exato de adulto, muito menos de criança. Sendo assim, a infância se alastra apenas até os sete anos, ou seja, até quando a criança não domina a palavra. A partir dessa idade, ela consegue dizer e entender o que os adultos entendem e dizem, desta forma, tem acesso a todos os segredos da língua, que se constituem nos únicos enigmas a dominar. Enfim, "(...) O menino de sete anos era um homem em todos os aspectos, exceto na capacidade de fazer amor e guerra" (Plunb *apud* POSTMAN, p. 30).

Essa oralidade que caracteriza a Idade Média é esclarecedora no sentido de entender o porquê de não haver escolas primárias nessa época: onde o biológico determina a competência de comunicação, escolas não se fazem necessárias. Pode-se entender então que nesta época a concepção de desenvolvimento infantil era algo inexistente, bem como concepção de escolarização enquanto preparação para o mundo adulto. Ariès sintetiza muito bem esta idéia: "A civilização medieval tinha esquecido a *Paidéia* dos antigos e ainda não sabia nada sobre a educação moderna. Esta é a questão principal: não tinha idéia alguma de educação" (Ariès *apud* POSTMAN, p.29).

Nesta época não existia o mundo da infância, as crianças freqüentavam festas em que homens e mulheres alcoolizados comportavam-se vulgarmente, sem pudor frente aos menores. O fato de o adulto conhecer certas facetas da vida, como suas contradições e sua violência, constitui-se numa das principais diferenças entre um adulto e uma criança, pois o contato com tais conhecimentos não é indicado para as últimas. Na modernidade, em culturas onde há uma diferença explícita entre o mundo adulto e o mundo infantil e existem instituições que expressam tal diferença, esses segredos são revelados às crianças à medida que elas se encaminham para a fase adulta e quando se acredita que esses segredos sejam assimiláveis psicologicamente.

Deve-se considerar, ainda, na história, a alta taxa de mortalidade infantil que marca o mundo medieval. Devido à incapacidade de sobrevivência das crianças, os adultos não tinham, e nem poderiam ter para com elas o cuidado que atualmente é aceito como normal. A perspectiva de natalidade era sempre alta, pois a expectativa era de que apenas um ou dois filhos sobrevivessem. Porém, Postman não acredita que esta seja uma justificativa para a não existência da idéia de infância, pois entre 1730 e 1779, metade dos mortos na cidade de Londres possuía menos de cinco anos de idade, e ainda assim os ingleses já tinham desenvolvido a idéia de infância. Este último fato explica-se porque

um novo ambiente comunicacional começou a tomar forma no século dezesseis como resultado do surgimento da imprensa e da alfabetização socializada. A imprensa criou uma nova definição de idade adulta *baseada na competência de leitura*, e, conseqüentemente, uma nova concepção de infância *baseada na incompetência de leitura*. Antes do aparecimento deste novo ambiente (...) não havia livros sobre criação de filhos e pouquíssimos sobre mulheres no papel de mães (...) os jovens tomavam parte da maioria das cerimônias, inclusive funerais, não havendo razões para protegê-los da morte (...) não havia literatura infantil. Na verdade, em literatura 'o principal papel das crianças era morrerem, geralmente afogadas, sufocadas, ou abandonadas...' (...) não havia livros de pediatria. (...) as pinturas coerentemente retratavam as crianças como adultos em miniatura, pois logo que as crianças deixavam de usar cueiros, vestiam-se exatamente como outros homens e mulheres de sua classe social... (POSTMAN,1999, p.32).

Toda essa descrição acima retrata um quadro em que não havia um estado intermediário entre a infância e a idade adulta. Após os sete anos de idade, como dito anteriormente, a criança medieval dominava os segredos da língua e passava imediatamente a ser considerada um adulto. Postman relata não ter encontrado referência alguma à maneira de falar das crianças que viveram antes do século XVII, período este em que elas se tornaram numerosas. Pelo fato de não haver nada relevante para ensinar aos pequenos, a maioria não ia à escola, era expulsa de casa para realizar trabalhos indignos ou servir de aprendiz.

Sintetizando: invisível. Esta era a palavra que definia a criança na Idade Média. Esta sem dúvida é a característica que mais diferencia o contraste entre mundo medieval e mundo moderno.

Conforme já exposto, segundo Postman, para que uma idéia como a de infância se concretizasse, seria preciso uma mudança no mundo adulto. Tal mudança ocorreu apenas em meados do século XV, quando, na Alemanha, com o auxílio de uma velha prensa usada no fabrico de vinhos, Gutenberg inventou a impressão com caracteres móveis. Assim, a nova idade adulta passou a excluir as crianças e estas, expulsas do mundo adulto, passaram a habitar um outro mundo, o mundo da infância.

Com a prensa tipográfica, essa nova tecnologia da comunicação, a estrutura dos conhecimentos humanos altera-se. Estabelece-se a noção de que os homens são indivíduos únicos, e este senso do "eu" levou ao surgimento da idéia de infância. Porém, apenas individualismo não podia ter gerado a infância, que necessita de uma base convincente para separar as pessoas em diferentes classes. Houve então, uma explícita divisão entre os que sabiam e os que não sabiam ler. Os que dominavam a leitura, alcançavam o mundo de novos fatos e percepções, enquanto os demais, limitavam-se a níveis de interesses medievais; é o que se pode chamar de "lacuna do conhecimento".

No entanto, deve-se ressaltar que a infância não floresceu da noite para o dia; ela precisou de, aproximadamente, duzentos anos para se firmar na civilização ocidental. Porém, tal idéia não teria ocorrido sem a noção de que cada indivíduo

tem uma importância em si mesmo, tem uma identidade pessoal. E essa noção aplicou-se também aos jovens, e já no século XVIII, a mortalidade infantil - antes considerada natural - já era combatida.

Após aproximadamente cinquenta anos da invenção da tipografia, estabeleceu-se uma nova espécie de idade adulta, a do "Homem Letrado", a qual acabou por excluir as crianças. Com isso, a idade adulta tinha que ser conquistada, deixando de ser uma realização biológica para ser uma realização simbólica. Até então, todos viviam no mesmo mundo intelectual e social, compartilhando o mesmo ambiente informacional; portanto, a idéia de infância não se fazia necessária. Porém, depois do prelo, os jovens teriam de se tornar adultos e, para tanto, teriam de entrar no mundo da tipografia, ou seja, deveriam aprender a ler. Para tal tarefa, precisariam de educação. Diante disto, a escola foi reinventada pela civilização européia, tornando a infância necessária.

Para Ariès (1981), a extensão escolar provocou uma revolução profunda e lenta no próprio sentimento de família. Agora, esta não era mais responsável pela aprendizagem de suas crianças, pelo contrário, confiava à escola o papel de educar seus filhos.

A família deixou de ser apenas uma instituição do direito privado para a transmissão dos bens e do nome, e assumiu uma função moral e espiritual, passando a formar os corpos e as almas. Entre a geração física e instituição jurídica existia um hiato, que a educação iria preencher. O cuidado dispensado às crianças passou a inspirar sentimentos novos, uma afetividade nova que a iconografia do século XVII exprimiu com insistência e gosto, o sentimento moderno da família (p.267).

As crianças, crescentemente, foram se tornando sujeitos de respeito, especiais. Com natureza e necessidades diferenciadas, precisavam estar separadas e protegidas do mundo adulto. Essa separação se deu não no sentido de realmente serem consideradas em suas especificidades, mas sim por precisarem aprender a ler e escrever, tornando-se uma pessoa que a cultura letrada exigia. Nesse sentido, onde havia escolas o conceito de infância desenvolveu-se mais rapidamente, visto que na Inglaterra, um país onde o número de escolas era grande, a infância se delineou de maneira mais firme e em prazo relativamente curto.

Essa educação baseava-se em conceitos disciplinares, visando à repressão das energias naturais dos jovens. Sendo assim, a idade adulta configurava-se numa capacidade de controle e superação desta natureza própria do ser humano. O autocontrole tornou-se alvo de publicações na área educacional, visando, acima de tudo, à repressão sexual dos jovens da época, adotando como ponto crucial o sentimento de vergonha.

Nesse contexto, os jovens já não eram mais vistos como adultos em miniatura, mas como adultos ainda não formados. A infância era constituída pela freqüência da criança à escola. Porém, percebe-se que o que começou como uma categoria de pessoas que deve ser ensinada a ler, terminou como uma categoria compreendida

singularmente em muitas dimensões. A infância tornou-se uma categoria social e intelectual, com estágios de desenvolvimento visíveis. Estes estágios eram ditados de acordo com a idade cronológica. Isto propiciou a organização em classes escolares e estabeleceu currículo específico para cada etapa do desenvolvimento infantil.

A partir de então, seguiram-se modificações quanto ao vestuário - este agora era especial - assim como suas características físicas próprias, ambas bem retratadas nas pinturas elaboradas após o século XVI. Neste momento a linguagem das crianças também passou a se diferenciar da dos adultos. Difundiram-se os livros de pediatria, bem como os de literatura infantil. Os pais passaram a dar um nome exclusivo a cada criança, isso porque, até a Idade Média, era comum os pais darem o mesmo nome a vários filhos, distinguindo-os de acordo com a idade cronológica.

Vale dizer que foi devido à ascendência de uma classe média que a infância tornou-se visível socialmente, em parte porque seria esta quem poderia sustentá-la. Somente um século mais tarde é que esta idéia de infância passaria a adentrar as camadas populares.

Já no século XVIII, o clima intelectual permitiu uma disseminação da concepção de infância. O Iluminismo proporcionou uma transposição de fronteiras, alcançando, através de seus precursores, diferentes paradigmas. Pode-se citar dois deles, que produzidos nesse século, difundiram-se nos dois próximos: concepção lockiana, ou protestante; e a rousseauniana, ou romântica.

Na primeira, a criança era entendida como uma tábula rasa, resgatando na educação, no autocontrole e na vergonha a busca por um adulto civilizado. Encontra-se aí uma conexão entre a infância e o material impresso, na medida em que a folha em branco da criança é preenchida quando se encaminha à maturidade. Nessa concepção, não há nada biológico; tudo se constitui num processo de desenvolvimento permeado pela seqüência, segmentação e lingüística. Por outro lado, a visão romântica concebia a criança como importante em si mesma, creditando-a como um cidadão em potencial. Sua natureza sincera, curiosa e espontânea não deveria ser castrada pela educação calcada no autocontrole e vergonha. Os românticos baseavam-se numa idéia do homem próximo ao "estado de natureza", havendo um desprezo total pelos "valores civilizados".

No final do século XIX, estabeleceu-se uma discussão que fundamenta até os dias de hoje os debates sobre a infância. É interessante apontar que os livros mais influentes de dois autores responsáveis por esta discussão, foram publicados em 1899: *A Interpretação dos Sonhos*, de Sigmund Freud e *A Escola e a Sociedade*, de John Dewey.

O primeiro sustentava, assim como Rousseau, que a mente da criança não é uma tábula rasa, devendo levar em conta as exigências naturais desta, pois, caso contrário, ocorreriam disfunções na personalidade. Ao mesmo tempo, Freud

confirma Locke, afirmando que as primeiras interações da criança com o meio são decisivas para determinar o tipo de adulto a ser formado, encontrando na razão um meio de controlar e sublimar as paixões da mente humana. Da mesma forma, mas num âmbito filosófico, Dewey afirmou que as necessidades psíquicas da criança devem ser entendidas a partir do que a criança é e não do que ela será. Apenas com a identificação dos instintos e necessidades reais da infância, a disciplina e a cultura da vida adulta virão na época devida.

Com esses dois pilares do pensamento difundidos no século XIX, firma-se a idéia de infância que vinha emergindo desde a invenção da prensa tipográfica: a criança como o aluno, no qual a individualidade deve ser preservada por cuidados especiais, cuja aptidão para o autocontrole e o pensamento lógico deve ser estendida, e o conhecimento da vida deve estar sob o controle dos adultos. Contudo, ao mesmo tempo, esta criança deve ser entendida como possuidora de suas próprias regras de desenvolvimento que não devem ser reprimidas, com o risco de não se alcançar a maturidade adulta.

1.2 "O Desaparecimento da Infância"

Conforme os pressupostos de Neil Postman, o telégrafo elétrico foi o primeiro meio de comunicação que permitiu que a velocidade da mensagem ultrapassasse a velocidade do corpo humano. Promovendo a simultaneidade e a instantaneidade, a velocidade elétrica reservou pouco espaço para a expressão da individualidade humana. O telégrafo promoveu a distribuição de notícias, criando a informação - antes um bem pessoal, agora transformada em mercadoria de valor mundial, sempre fragmentada. Com todas as transformações ocorridas devido ao surgimento do telégrafo, as crianças passaram a ter acesso a praticamente qualquer tipo de informação, sem exigências quanto à quantidade e qualidade, bem como quanto ao momento em que poderiam ocorrer. Assim, a família e a escola perderam o controle sobre as informações que poderiam, ou não, estar chegando ao conhecimento dos pequeninos.

Mais agravante que o telégrafo, a televisão tem se configurado como uma das evidências mais marcantes de que a linha divisória entre a infância e a maturidade tem se esfacelado. Segundo Postman, esta linha vem sendo destruída por esse meio de comunicação, devido a três maneiras atreladas à acessibilidade indiferenciada do mesmo pela população. Ver televisão não requer concepções, apenas percepções. O expectador, independente da idade e nível cultural, fica detido às imagens, que são de enorme variedade e rapidez, não se fazendo necessária uma leitura crítica daquilo que está sendo visto (são poucas as pessoas que acabam se detendo a alguma reflexão). Desse modo, percebe-se que, primeiro, não há um preparo para aprender sua forma; segundo, não requer pensamentos e comportamentos complexos; e terceiro, homogeneiza seu público.

Postman aponta que, através destes meios de comunicação, a informação tem chegado a todos de maneira indiscriminada e simultânea; portanto, percebe-se que a mídia eletrônica não retém qualquer tipo de segredo. Explicita-se aqui o motivo pelo qual a infância torna-se ameaçada perante este contexto: os segredos são

inexistentes. Como dito anteriormente, o segredo é um pré-requisito para que exista a infância. Na Idade Média não havia meio de contar com a informação exclusiva para os adultos; portanto não havia diferenciação no nível de conhecimento e, conseqüentemente, não havia infância. Contudo, na "Era de Gutenberg", surge este meio, enquanto na "Era da Televisão", ele se dissolve.

Isto posto, infere-se que tanto a autoridade do adulto quanto a curiosidade da criança perderam o espaço, pois é nos segredos que as "boas maneiras" e a vergonha estão instaladas. O autor sugere que estamos à frente das mesmas condições presentes no século XIV, quando nenhuma palavra era considerada imprópria para a percepção audível de um jovem.

(...) Por definição a idade adulta significa mistérios desvendados e segredos descobertos. Se desde o começo as crianças conhecerem os mistérios e os segredos, como as distinguiremos de outro grupo? (p.102)

2. A FILOSOFIA PARA CRIANÇAS

A Filosofia para Crianças foi desenvolvida pelo Prof. de Lógica Matthew Lipman, com a colaboração de Ann Margaret Sharp, em 1974, nos Estados Unidos. Chegou ao Brasil em 1984, através de Catherine Young Silva.

Segundo o Centro Brasileiro de Filosofia para Crianças, órgão oficial de representação dessa proposta no Brasil, ela se constitui originalmente como um programa educacional que cultiva o desenvolvimento das habilidades de raciocínio através da discussão de tópicos filosóficos. Tal programa inicia a sua aplicação na própria sala de aula, considerando-a uma "comunidade de investigação", em que alunos e professores discutem idéias baseadas nos livros, sendo o professor o mediador dessa discussão.

Para Matthew Lipman, esta Comunidade de Investigação, que permite com que as potencialidades da criança como inquirir, discutir e ter curiosidade sejam manifestadas, deve proporcionar o desenvolvimento de quatro tipos específicos de mega habilidades nos alunos, são eles: habilidades de investigação, de tradução, de formação de conceitos e habilidades de raciocínio.

As habilidades de investigação pressupõem: "(...) explicar; predizer; identificar causas e efeitos, meios e fins e diferenciar uns de outros; formular problemas; estimar e medir".(KOHAN, 2000, p.64). Já as de tradução, devem desenvolver nos alunos a capacidade de "(...) colocar-se no lugar do outro, interpretar, inferir visões de mundo" (*ibidem*, p.65), transformando, assim, um modo de expressão em outro, compreensivelmente. Tratando-se das habilidades de formação de conceitos, estas permitem com que as pessoas estabeleçam "(...) relações orgânicas significativas das partes entre si e com o todo" (p.65). Junto a essas três habilidades deve ser desenvolvida a de raciocínio, que pressupõe o conhecer a partir da experiencição. Segundo Lipman, a lógica é imprescindível para que haja o raciocínio, pois através dela é possível perceber diferenças entre as concepções de

pessoas integrantes de um mesmo grupo e de diferentes grupos dos quais elas fazem parte, possibilitando, assim, a racionalidade.

A Filosofia constitui-se em uma área de conhecimento que pode estar presente em qualquer época histórica e que se preocupa em desenvolver as habilidades mencionadas acima tanto em adultos quanto em crianças. Além disso, suas abordagens temáticas interessam a qualquer pessoa em qualquer idade.

Com isso, percebe-se que tanto o modo de filosofar do adulto quanto o da criança são possíveis, mas em diferentes proporções, respeitando-se as peculiaridades de cada fase do desenvolvimento. Sua preocupação, em qualquer aspecto, é ajudar o sujeito a "(...) pensar e transformar o mundo." (GADOTTI, 2000, p.21), tendo como "missão", "formar o espírito crítico".

Lipman, tendo consciência de que os temas próprios da Filosofia são pertinentes a todas as idades, utilizou as novelas filosóficas enquanto uma estratégia para abordar, junto às crianças e adolescentes, questões ligadas a essa área do conhecimento. Tais questões são trabalhadas com diferentes graus de complexidade variando de acordo com as faixas etárias.

Através das novelas filosóficas torna-se possível, como lembra Dewey, estimular e canalizar o interesse dos educandos, de modo que este interesse resulte no pensar sobre os problemas enfrentados por eles.

Nesta perspectiva, as aulas de Filosofia para Crianças devem estar voltadas para uma análise da realidade, perpassando por questões acerca dos próprios alunos e do professor. Mas, isso não acontece sem intencionalidade por parte do educador, que para chegar a este objetivo, deve criar um ambiente, em sua sala de aula, questionador, concreto, no qual o aluno tenha a liberdade de pensamento, autonomia e seja visto como um ser capaz de produzir e transformar a realidade em que vive.

Por isso, a filosofia, o exercício do livre debate, é uma necessidade de todos: ensinar a aprender, a problematizar o que parece evidente, correto; ensinar a aprender a contestar, inclusive o pontificado dos filósofos e o museu dos seus grandes 'clássicos'. É preciso que a filosofia volte contra si as mesmas armas que aponta a todo o conhecimento humano... (GADOTTI, 2000, p.21)

Um aspecto imprescindível a ser trabalho pelo educador no horizonte da Filosofia para Crianças, além dos já citados, é saber problematizar, dentre outras coisas, as próprias "certezas" que fazem parte do mundo do ser humano, de modo a investigá-las e percebê-las de maneira despida de estigmas. Isso proporciona uma maior capacidade reflexiva, fazendo com que a criança possa desenvolver

(...) habilidades de pensamento autocorretivo, às quais corresponderiam atos mentais próprios do pensar criativo de significados e conceitos, do pensar atencioso entre os afetos e valores que fundamentam os juízos emotivos, e do

pensar crítico que mensura a consistência do que é valorado, frente a critérios de razoabilidade lógica relativados pelo contexto. (CUNHA, 2000, p.213)

As discussões geradas pela Comunidade de Investigação não devem se restringir ao contexto da sala de aula, ao contrário, têm de ser expandidas para outras dimensões. Por isso, os participantes dessa Comunidade precisam ter a consciência de que suas contribuições não serão benefícios individuais, podendo se estender a outros grupos. Se trabalhada adequadamente no campo educacional, a Filosofia para Crianças pode ajudar o aluno a se auto-investigar e investigar diferentes concepções pautadas nas particularidades de cada grupo.

Em uma Comunidade de Investigação é importante que o *pensar* se inicie com uma partilha intelectual daquilo que é discutido, tendo como princípio a autonomia de pensamento de cada indivíduo, pensamento este que deverá ser construído pelo próprio sujeito e internalizado através do diálogo. (Vigotsky, *apud* KOHAN, 2000, p.73)

A investigação proposta pela Filosofia para Crianças valoriza, como já dito, a livre expressão do aluno, a qual possibilitará a construção do seu pensamento. Este aluno deverá ter voz ativa em sala de aula tanto quanto o professor, uma vez que todos (professor e alunos) discutirão questões de interesse em comum, cabendo ao educador o exercício de estimular os seus educandos neste trabalho.

Nesta perspectiva, é imprescindível que o professor transmita segurança física, psicológica e intelectual para a criança, assim esta pode se manifestar em sala de aula com a garantia da autonomia e da confiança, importantes aspectos para uma Comunidade de Investigação.

3. INFÂNCIA E FILOSOFIA PARA CRIANÇAS: PONTOS CONVERGENTES OU DIVERGENTES?

Como visto, a infância é um evento social, pois está condicionada ao "olhar" da cultura e de um determinado momento histórico. Deve-se considerar, também, para essa conceituação, o fator econômico, uma vez que a infância perpetuou-se, de fato, apenas no momento em que uma idéia de classe média em ascensão pôde sustentá-la.

A linha divisória entre a infância e a fase adulta criada pela prensa tipográfica foi apagada pela televisão. A cultura livresca criou um novo modo de pensar adulto firmado em um progresso gradual e cumulativo de conhecimento, em contrapartida, a cultura predominantemente visual e imagética permeada pela linguagem oral que a televisão traz em seu bojo, permite com que as crianças tenham acesso ao mundo que antes era considerado impróprio a elas. Assim, antes mesmo da criança aprender a ler e a escrever, a mídia televisiva já terá escancarado o universo do adulto, que antes se constituía em algo a ser desvendado aos poucos, acompanhando o crescimento da mesma.

Atualmente, o conceito adulto-infância está bastante confuso, sem fronteiras. Nota-se que brincadeiras de rua, jogos, brinquedos manuais, já não são mais alvo de interesse de nossas crianças ou então não estão disponíveis as mesmas. O vestuário infantil confunde-se com o do adulto: crianças vestem roupas sensuais, salto alto, usam maquiagem e acessórios exagerados; enquanto adultos querem prolongar a adolescência, vestindo-se de forma apropriada a este período.

A partir dessas considerações, parece que a concepção de infância dos dias de hoje é semelhante à da Idade Média, quando a criança era concebida como um adulto em miniatura.

Segundo Flávio Brayner (2001), com a mudança da estrutura familiar, em que a concepção de pai enquanto uma autoridade está em decadência, a criança tem sido chamada muitas vezes a participar de decisões que até então estavam restritas à responsabilidade dos pais. Por outro lado, as características antes atribuídas aos adultos também vêm se fragmentando, visto que no mundo atual muitos deles têm uma resistência para assumirem a maturidade e vivem segundo os ditames das cirurgias estéticas, dos cosméticos anti-envelhecimento, etc. Estes últimos traduzem-se em uma evidência de que o egocentrismo, geralmente associado à criança, está presente agora num "individualismo narcísico" do adulto.

Enquanto o egocentrismo está posto aqui como a causa de um narcisismo no adulto, em momento anterior contribuiu para a invenção da infância. Nesse sentido, mais particularmente, a noção de individualidade é que faz com que a criança seja entendida, assim como visto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1998), como um "sujeito de direitos", um ser uno, indivisível, curioso, dotado das melhores potencialidades da espécie e que deve ser respeitado, pois se encontra num momento de formação da personalidade e dos valores morais. A criança passou a ter uma identidade e constituiu-se em alvo de atenção e respeito.

É essencial destacar que o sentimento de infância geralmente é muito mais presente nas famílias dotadas de maior poder aquisitivo. Historicamente, na Inglaterra, lugar onde a infância foi entendida com maior rigor e propagada com maior rapidez, constata-se que era restrita aos filhos dos ricos, haja visto que no século XVIII, às portas da Revolução Industrial, as crianças oriundas dos lares mais pobres eram empurradas aos trabalhos mais duros e penosos que se pode imaginar, além de serem fadadas ao enforcamento no caso de cometerem qualquer tipo de delito, mesmo os mais insignificantes.

Afastando as crianças das brincadeiras e da vida escolar, o trabalho infantil é um velho conhecido que ainda se encontra na pós-modernidade. Está presente no cotidiano tanto dos menos quanto dos mais favorecidos economicamente, claro que de maneira diferenciada. Enquanto uma minoria, geralmente oriunda de famílias um pouco mais privilegiada economicamente, trabalha atuando na televisão, nas passarelas, e até mesmo junto aos pais em seus negócios; a maioria das crianças, advinda de camadas desprivilegiadas da sociedade, trabalha em atividades penosas fisicamente. Estas duas formas de trabalho prejudicam a

criança, que é privada de se desenvolver dentro dos limites de suas potencialidades.

Diante disso, vê-se que a infância está cercada de inúmeras ameaças, e para Postman, mais um indício de que ela estaria fadada ao desaparecimento é o fato de muitas pesquisas terem se preocupado em abordar tal tema; isto porque, segundo ele, os escritos só aparecem em abundância quando um fenômeno está em decadência, devido a um sentimento nostálgico.

Partindo do pressuposto defendido por Postman de que a infância estaria desaparecendo, e considerando as proposições filosóficas de Matthew Lipman, indaga-se: *A Filosofia para Crianças promove um resgate da infância ou corrobora para o seu desaparecimento?*

Em Postman encontra-se uma referência, ainda que anterior às propostas de Lipman, que se configura pertinente à Filosofia para Crianças. Segundo aquele autor, em 1890 foi fundada a Sociedade para o Estudo da Natureza da Criança, em que eram feitas perguntas em reuniões de discussão, tais como: "Deve-se impor obediência irrestrita às crianças? Como se pode transmitir à criança a verdadeira idéia de propriedade? Até onde deve chegar a autoridade das crianças mais velhas? Tolhe-se a imaginação da criança se exige a rígida adesão à verdade?" (p.76). A partir, principalmente das duas últimas questões, pode-se desenvolver uma discussão acerca da "verdade" sem tolir a imaginação e o livre pensar da criança. Porém, esse livre pensar requer uma racionalidade, pois em uma Comunidade de Investigação, a criança deve ser coerente em suas proposições, sustentando-as com argumentos plausíveis. Como outrora dito, os colegas são chamados a colaborar para a constituição deste pensamento.

Com o intuito de, através da Comunidade de Investigação, formar crianças questionadoras, críticas e reflexivas, essa filosofia estaria prejudicando a inocência e as fantasias peculiares da infância?

Em relação a isto, pode-se ver na novela filosófica "Pimpa" (apropriada para discussões de 3ª a 5ª séries), uma criança, a própria Pimpa, que é questionadora, crítica, esperta e em alguns momentos até petulante e/ou inconveniente. Muitas vezes ela age como se fosse um adulto, levantando questões e fazendo observações inapropriadas a sua idade, como por exemplo, na análise que faz sobre sua irmã Marina: "Vê, essa é a grande diferença entre nós: a Marina nunca vê nada como problema. Não é que ela ache que sabe todas as respostas. É só que ela não está nem **interessada** nas perguntas" (LIPMAN, 1997, p.11). Dentro do tema relações, tem-se outro exemplo em que Pimpa declara: "-Pessoas são reais e coisas são reais, mas relações só existem em nossas mentes" (p.23). Por outro lado, há situações em que a personagem Pimpa demonstra uma faceta infantil, como quando ela percebe que seus dentes estão para cair:

(...) eles estavam tão moles que eu podia passar a ponta da língua entre eles e a gengiva. Pulei da cama e voei pelo corredor, gritando:
- Mamãe, mamãe, meus dentes estão todos caindo!

Mamãe deu um suspiro e falou:

- Claro, querida, esses são os seus dentes **de leite**. Você já perdeu a maioria deles. Com o tempo **todos** cairão.

Foi então que eu comecei a choramingar.

- Mamãe, e se meus dentes de leite caírem e os novos não nascerem? (p.16).

Pimpa também expressa suas atitudes infantis quando declara que, ao discutir com um colega em sala de aula, recorreu à careta, "(...) com os dedos nas orelhas e os olhos virados para dentro..." (p. 05) de forma a retrucar a uma outra careta do amigo.

Observa-se, portanto, situações em que Pimpa manifesta atitudes infantis, porém é marcante a presença de comportamentos relacionados ao universo do adulto. Tais comportamentos são conseqüências do ambiente circundante da criança; as discussões são promovidas e incitadas tanto em sua casa, como em sala de aula, com seus amigos e professor. Porém, não se pode dizer que há situações forçadas, visto que, em alguns momentos, a mãe de Pimpa diz não ter certeza sobre certos assuntos, e em outros, sua irmã pede silêncio. Dessa forma, a mãe não se configura numa imagem de detentora do saber e da verdade, o que acaba proporcionando à criança uma maior expressão de seu pensamento.

Pensando nas características da personagem Pimpa, não há como não lembrar de Emília (personagem do "Sítio do Pica-Pau Amarelo", de Monteiro Lobato), também esperta, inquiridora, ágil e às vezes inconveniente. Do mesmo modo que há semelhanças entre as personagens, percebem-se também algumas intenções coincidentes nas propostas de ambos criadores, pois, assim como Lipman, Monteiro Lobato também se preocupou com o senso crítico da criança e com a importância do diálogo:

(...) A contribuição de Lobato à cultura e à educação brasileiras, porém, não se caracteriza pelo contrabando de um tipo de conhecimento a ser imposto através do subterfúgio do prazer; também o método é um dado a ser considerado, pois a caminhada lobatiana implica necessariamente em livre arbítrio da criança que, para 'morar nos livros', não precisa abrir mão de sua individualidade e senso crítico. Estabelece-se (...) uma interação dinâmica (...) entre o narrador e o leitor, num propósito franco de convencimento pelo diálogo (RUSSEFF, 1999, p.261).

Retornando à problematização explicitada há pouco e tendo ciência de sua complexidade, coloca-se a questão que, sendo Pimpa uma criação, não se pode afirmar que as crianças reais sejam capazes de se tornarem críticas e inquiridoras assim como ela, sem deixarem de lado as fantasias e comportamentos peculiares da infância. Estando a infância, hoje, sofrendo um processo de massificação pela mídia, não seria fundamental a Filosofia para Crianças como uma alternativa a esta questão, mesmo que esta Filosofia possa vir em algum momento enfatizar na criança o aspecto responsável e crítico em detrimento das fantasias e ingenuidades?

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRAYNER, Flávio. Da Criança-cidadã ao Fim da Infância. In: Educação e Sociedade, ano XXII, n. 76, outubro 2001, p.197-211.

CUNHA, José Auri. Ensinar Filosofia ou Ensinar a Filosofar? In: KOHAN, W. O. e LEAL, B. (orgs.) Filosofia para Crianças em Debate. 2 ed. Petrópolis: Vozes, vol. IV, 2000.

Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil. Brasília, DF, 1998.

GADOTTI, Moacir. A Filosofia para Crianças e Jovens e as Perspectivas Atuais da Educação. In: KOHAN, W. O. e LEAL, B. (orgs.) Filosofia para Crianças em Debate. 2 ed. Petrópolis: Vozes, vol. IV, 2000.

KOHAN, Walter Omar. Filosofia para Crianças. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. Coleção (O que você precisa saber sobre).

LIPMAN, Matthew. Pimpa. 2 ed. São Paulo: Difusão de Educação e Cultura, 1997. Coleção Filosofia para Crianças

_____. Alguns Pressupostos Filosóficos de Filosofia para Crianças. In: KOHAN, W. O. e LEAL, B. (orgs.) Filosofia para Crianças em Debate. 2 ed. Petrópolis: Vozes, vol. IV, 2000.

POSTMAN, Neil. O Desaparecimento da Infância. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emílio, ou, Da Educação. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

RUSSEFF, Ivan. A Infância no Brasil pelos Olhos de Monteiro Lobato. In: FREITAS, M. C. (org.). História Social da Infância no Brasil. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

* Mestradas do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista - Unesp -Campus Araraquara.

** Licenciadas em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista - Unesp - Campus Araraquara.

(1) A idéia de desaparecimento da infância é tratada por Neil Postman (1999) em seu livro "O Desaparecimento da Infância", o qual utilizaremos no presente texto.

